PAUTA
PARA A 27ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 18 DE MARÇO DE 2009

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 158, de 2009, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Nacional do Folclore", em Olímpia.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 152, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação Loucos Pela Vida", em Mogi das Cruzes.

2 - Projeto de lei nº 153, de 2009, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Segurança Alimentar", em Biritiba Mirim.

3 - Projeto de lei nº 154, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "José Ferrari - Bepin Ferrari" à passarela localizada no km 90 da Rodovia Antonio Romano Schincariol - SP 127, em Cerquilho.

4 - Projeto de lei nº 155, de 2009, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Assegura aos policiais afastados da função por estarem frequentando cursos de aperfeiçoamento o direito de receber integralmente o soldo.

5 - Projeto de lei nº 156, de 2009, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública a "São Paulo Film Commission - SPFC", em Ribeirão Preto.

6 - Projeto de lei nº 157, de 2009, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi e outros. Cria campanha permanente de recepção aos alunos ingressantes nas instituições de ensino superior do Estado .

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 147, de 2009, de autoria do deputado José Cândido. Institui o Programa de Registro Civil de Pessoas Naturais nos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e Maternidades do Estado.

2 - Projeto de lei nº 148, de 2009, de autoria do deputado Fausto Figueira. Dá a denominação de "Dr. David Capistrano da Costa Filho" ao viaduto do Rodoanel Mário Covas que faz a transposição da Rodovia dos Imigrantes - SP 160, em São Bernardo do Campo.

3 - Projeto de lei nº 149, de 2009, de autoria da deputada Célia Leão. Torna obrigatório o registro e a divulgação dos índices de violência praticada contra a mulher no âmbito do Estado.

4 - Projeto de lei nº 150, de 2009, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Classifica como estância hidromineral o Município de Barretos.

5 - Moção nº 5, de 2009, de autoria dos deputados Marcos Martins e Carlinhos Almeida. Apela para o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a fim de providenciar, por intermédio de seus Ministros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, da Justiça e da Saúde, cabíveis e urgentes medidas necessárias à classificação da visão monocular como deficiência visual.

6 - Moção nº 6, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os membros do Congresso Nacional a fim de que sejam adotadas urgentes providências para o imediato bloqueio de quaisquer recursos destinados a entidades não governamentais que tenham como propósito financiar ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra- MST bem como para a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 141, de 2009, de autoria do deputado João Barbosa. Proíbe a exigência da realização do teste de gravidez e a apresentação de atestado de laqueadura como condição de acesso de mulheres a postos de trabalho nas empresas do Estado.

2 - Projeto de lei nº 142, de 2009, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dá a denominação de "Professor Álvaro José de Souza" à Escola Estadual do Jardim Peabiru, em Botucatu.

3 - Projeto de lei nº 143, de 2009, de autoria do deputado Roberto Felício. Dá a denominação de "Professora Dionetti Callegaro Miori" à Escola Estadual Bairro da Água Branca, em Piracicaba.

4 - Projeto de lei nº 144, de 2009, de autoria do deputado Vitor Sapienza. Dá a denominação de "Elzio Guerzoni" à rotatória que dá acesso ao Município de Santa Adélia, localizada no km 0 + 500m da SP 364/310, naquele Município.

5 - Projeto de lei nº 145, de 2009, de autoria do deputado Barros Munhoz. Dá a denominação de "Engenheiro Geraldo Mantovani" ao trecho da Rodovia SP 360 compreendido entre o km 142,675, na divisa de Amparo com Serra Negra, e o km 178,500, na divisa de Àguas de Lindóia com o Estado de Minas Gerais.

6 - Projeto de lei nº 146, de 2009, de autoria do deputado Celso Giglio. Institui o "Dia da Atenção ao Prematuro".

Em pauta por mais 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 226 do Regimento Interno (Urgência).

Projeto de lei nº 159, de 2009, de autoria do deputado Campos Machado e outros. Institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

3ª Sessão

Proposta de emenda nº 1, de 2009, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Carlinhos Almeida e outros. Acrescenta parágrafo único ao artigo 259, a fim de estabelecer o Plano Estadual de Cultura.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o parágrafo único do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1007, de 2007, de autoria do deputado Vanderlei Siraque. Declara de utilidade pública a "Associação Buriense para Defesa da Cidadania", em Buri.

2 - Projeto de lei nº 1230, de 2007, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação Marcos Mercadante de Judô", em Araras.

3 - Projeto de lei nº 1375, de 2007, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente André Pusplatais - ABAP", em São José dos Campos.

4 - Projeto de lei nº 341, de 2008, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Declara de utilidade pública a "Associação Mantenedora Girassol", em Avaré.

5 - Projeto de lei nº 389, de 2008, de autoria da deputada Dárcy Vera. Declara de utilidade pública a "Associação Totus Tuus", em Ribeirão Preto.

6 - Projeto de lei nº 505, de 2008, de autoria do deputado José Cândido. Declara de utilidade pública o "Grupo de Organização dos Trabalhadores Independentes - GOTI", na Capital.

7 - Projeto de lei nº 537, de 2008, de autoria do deputado Roberto Felício. Institui o "Dia do Combate à Intolerância Religiosa".

8 - Projeto de lei nº 650, de 2008, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo - SBPSP".

9 - Projeto de lei nº 658, de 2008, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá a denominação de "Comendador Karnig Bazarian" ao viaduto localizado no km 136,100 da Rodovia SP 127, em Itapetininga.

10 - Projeto de lei nº 701, de 2008, de autoria do deputado Eli Corrêa Filho. Declara de utilidade pública a "SORRI-SOROCABA", em Sorocaba.

11 - Projeto de lei nº 706, de 2008, de autoria da deputada Célia Leão. Declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Cultural de Juventude Judaica Bracha Carolina - Espaço K", na Capital.

12 - Projeto de lei nº 737, de 2008, de autoria do deputado Said Mourad. Declara de utilidade pública a "Associação para a Prosperidade do Excepcional

- APROEX", em Santana de Parnaíba.

13 - Projeto de lei nº 795, de 2008, de autoria do deputado Uebe Rezeck. Declara de utilidade pública a "Casa Acolhedora Vovô Antônio - CAVA", em Barretos.

14 - Moção nº 88, de 2008, de autoria da deputada Ana Perugini. Apela para os Srs. Presidente da República, do Senado e da Câmara dos Deputados, bem como aos líderes partidários, a fim de proporem alteração na Lei Federal nº 6015, de 1973, especificamente nos artigos 59 e 60, no intuito de constar no Registro Civil de Nascimento obrigatoriamente o nome do genitor.

15 - Moção nº 91, de 2008, de autoria do deputado Simão Pedro. Repudia o Projeto de Decreto Legislativo n° 44, de 2007, em trâmite na Câmara dos Deputados, posto que esta propositura visa suprimir direito de minorias garantido pela Constituição Federal, a exemplo dos projetos de decreto legislativo contra a demarcação de terras indígenas.